

## CCJ aprova nove emendas à reforma da Previdência

*Direitos e garantias assegurados até a promulgação das mudanças serão mantidos inclusive para quem já houver cumprido os requisitos para usufruir estes benefícios. Substitutivo de Beni Veras recebe elogios de vários senadores*



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apreciou 47 destaques e quatro emendas, em reunião presidida por Ramez Tebet

A CCJ aprovou ontem nove emendas ao substitutivo apresentado pelo relator Beni Veras à proposta de reforma da Previdência Social. Entre as mudanças, encontra-se a manutenção dos direitos e garantias assegurados, por ocasião da promulgação da reforma, a quem já tenha cumprido os requisitos para usufruir tais direitos.

O substitutivo de Beni Veras foi elogiado por vários senadores. Depois de cumpridos os prazos regimentais, a proposta de reforma da Previdência irá a plenário para discussão e votação em primeiro turno. **Página 4**

## Plenário acolhe em primeiro turno o efeito vinculante

A proposta que amplia o efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal para todo o Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta foi aprovada ontem em primeiro turno pelo plenário do Senado. De autoria do senador Ronaldo Cunha Lima, a proposta será votada em segundo turno na segunda quinzena de agosto. De acordo com o texto aprovado, só haverá efeito vinculante quando as decisões do STF forem tomadas por dois terços de seus onze ministros. Além disso, os ministros terão que decidir se a sentença que proferiram terá tal efeito. **Página 3**



O plenário aprovou o efeito vinculante, com o objetivo de desobstruir os trabalhos da Justiça

*Conclusões serão encaminhadas hoje à Mesa Diretora do Senado. Comissão encerra os seus trabalhos*

## CPI aprova versão final de relatório

Entre as iniciativas binacionais na pauta da Comissão de Relações Exteriores está a repressão a psicotrópicos, assinada com a África do Sul

## CRE examina esta manhã quatro acordos internacionais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprecia às 10h de hoje diversas matérias, entre elas o projeto de decreto legislativo que aprova o texto do acordo por troca de notas relativo ao ingresso do Brasil, na qualidade de membro pleno, no Comitê do Aço da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE,

celebrado em Paris, e outro que aprova o texto do acordo sobre cooperação e assistência mútua na área do combate à produção e ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psi-

cotrópicas e assuntos correlatos, assinado entre o Brasil e a África do Sul, em Pretória.

Serão também apreciados o projeto de decreto legislativo que aprova o texto do acordo para evitar a dupla tributação e

*Nomes dos embaixadores na República de Camarões e na Hungria serão apreciados esta manhã pela comissão*

prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda, celebrado entre o Brasil e a Finlândia, e o que aprova o texto do acordo sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de de-

pendentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico, firmado entre o Brasil e o Paraguai.

E finalmente as mensagens submetendo à apreciação do Senado os nomes dos diplomatas Bassul Athuil Netto e Luciano Ozorio Rosa para exercerem os cargos de embaixadores do Brasil junto à República de Camarões e à República da Hungria, respectivamente.

Ainda às 10h será instalada a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a medida provisória que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Preside Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal

12h - Participa da cerimônia de entrega do XIV Prêmio Jovem Cientista, *Palácio do Planalto - Salão Oeste*

15h30 - Preside Sessão Não Deliberativa do Senado

### PLENÁRIO

10h - Apreciação das seguintes matérias em regime de urgência: **"Projeto de Resolução nº 90/97**, que autoriza o estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 1 milhão, 795 mil, para financiar a execução do Programa Pró-Saneamento - Drenagem Urbana e Esgoto Sanitário, nos municípios de Campo Belo e Andradas; **"Projeto de Resolução nº 91/97**, que autoriza o estado de Minas Gerais a assumir o débito de natureza previdenciária de responsabilidade da empresa Minas Gerais Administração e Serviços - MGS, no valor de R\$ 23 milhões 891 mil; **"Projeto de Resolução nº 87/97**, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia do Brasil, no valor de US\$ 39 milhões, entre o governo do estado de Pernambuco e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, destinada ao financiamento, parcial, do Programa de Combate à Pobreza Rural do Estado de Pernambuco e eleva, com essa finalidade, os limites de endividamento do estado; e **"Projeto de Resolução nº 88/97**, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor de US\$ 60 milhões, destinada a financiar parcialmente o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Tecnologia Agropecuária para o Brasil.

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

### COMISSÕES

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-

se **"Mensagens nºs 125 e 129/97**, que submetem à apreciação do Senado os nomes dos diplomatas Bassul Athuil Netto e Luciano Ozorio Rosa para exercerem o cargo de embaixador do Brasil junto à República de Camarões e à República da Hungria, respectivamente; **"PDL nº 15/97**, que aprova o texto do Acordo para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda, celebrado entre o Brasil e a Finlândia, em Brasília, em 02.04.96; **"PDL nº 57/97**, que aprova o texto do Acordo de cooperação no domínio do turismo, celebrado entre o Brasil e a Coreia, em Brasília, em 11.09.97; **"PDL nº 58/97**, que aprova o texto do Acordo sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico, celebrado entre o Brasil e o Paraguai, em Brasília, em 23.10.96; **"PDL nº 59/97**, que aprova o texto do Acordo por Troca de Notas relativo ao ingresso do Brasil, na qualidade de membro pleno, no Comitê do Aço da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE, celebrado entre o Brasil e aquela organização, em Paris, em 17.06.96; e **"PDL nº 60/97**, que aprova o texto do Acordo sobre cooperação e assistência mútua na área do combate à produção e ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e assuntos correlatos, celebrado entre o Brasil e a África do Sul, em Pretória, em 26.11.96. Sala 10 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1477-38/97, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares  
Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente e escolha do relator. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

### PREVISÃO DE TRABALHOS

#### PLENÁRIO

Sexta-feira (25.07.97)  
14h30 - Encerramento dos trabalhos da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária do Senado.

## Tecnologia do campo e combate à pobreza podem ter recursos

O Senado realiza sessão deliberativa extraordinária a partir das 10 horas de hoje, para apreciar quatro projetos de resolução, entre eles o que autoriza a União a contrair empréstimo externo junto ao Banco Mundial (Bird), no valor de US\$ 60 milhões, destinado a financiar parcialmente o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Tecnologia Agropecuária para o Brasil.

Também será apreciado projeto que autoriza empréstimo externo, com garantia da União, no valor de US\$ 39 milhões, entre o governo de Pernambuco e o Bird, para financiamento parcial do Progra-

ma de Combate à Pobreza Rural do Estado de Pernambuco.

Na mesma sessão, será apreciado projeto de resolução que autoriza o estado de Minas Gerais a fazer empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 1,79 milhão para financiar a execução do Programa Pró-Saneamento - Drenagem Urbana e Esgoto Sanitário, nos municípios de Campo Belo e Andradas; além de outra solicitação do governo do mesmo estado para assumir o débito de natureza previdenciária de responsabilidade da empresa Minas Gerais Administração e Serviços (MGS), no valor de R\$ 23,89 milhões.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Heival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Vares e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax:

(061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

## Benedita destaca elogio do Unicef pela legislação sobre criança

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) destacou ontem o fato de o Brasil ter sido elogiado em relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) por ter liderado, com a adoção do Estatuto da Criança e do Adolescente, o processo de reforma das legislações latino-americanas referentes a menores. A notícia foi publicada pelo jornal *O Globo*.

Conforme a senadora, o Unicef reconheceu, também, que o Brasil atende às recomendações do Código Internacional de Substitutos do Leite Materno relativas ao aleitamento das crianças e elogiou a atuação das autoridades de saúde no tratamento da diarreia.

Entre os pontos negativos apontados pelo Unicef, Benedita da Silva destacou a vacinação contra difteria, tétano e coqueluche que deve ficar abaixo da meta da ONU, que é de 90% até o ano 2000.

Em termos de mortalidade infantil, a senadora disse que o país teve um desempenho abaixo da média, ocupando o 18º lugar entre 24 países americanos. Conforme explicou, a média nos continentes Norte, Centro e Sul americanos é de 34 crianças mortas para cada mil que nascem. No Brasil, esse número chega a 53 para cada mil.

A senadora acrescentou que, entre 1991 e 1995, 72% da população brasileira tinha acesso à água potável e 44% ao saneamento básico. Porém, apenas 28% era beneficiada pelos dois serviços.



Benedita faz balanço da Saúde



O relator Jefferson Pères, Ronaldo Cunha Lima e o líder Elcio Alves, no momento em que discutiam o encaminhamento da votação da proposta

*Emenda amplia decisões do Supremo Tribunal Federal para os demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta da União, estados e municípios*

# Senado aprova em 1º turno proposta do efeito vinculante

O plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional, de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), que amplia o efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) para os demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Só haverá efeito vinculante quando as decisões do STF forem tomadas por maioria de dois terços de seus onze ministros. Além disso, os ministros terão de decidir se a sentença que proferiram terá tal efeito, o qual poderá ser declarado nas decisões definitivas de mérito, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo.

A proposta de mudança será votada em segundo turno pelos senadores na segunda quinzena de agosto. Na votação de ontem, prevaleceu texto de uma emenda de plenário apresentada pelo próprio relator da matéria, Jefferson Pères (PSDB-AM). Foi rejeitada uma pretensão de José Serra (PSDB-SP) para que o governo pudesse provocar o STF sobre assuntos de seu interesse que ainda estão

em primeira instância. O plenário também não concordou em limitar o efeito vinculante a assuntos previdenciários e tributários.

Tanto o autor do projeto quanto o relator ponderaram que a mudança levará a uma redução do número de processos nos tribunais, desobstruindo a Justiça. Ronaldo Cunha Lima lembrou que o STF chega a julgar até 25 mil processos por ano, a maior parte repetindo assuntos já julgados. Jefferson Pères destacou que o objetivo da mudança não é obrigar o juiz a tomar decisões uniformes.

Já Emilia Fernandes (PTB-RS) advertiu que, apesar de desafogar a Justiça, o efeito vinculante pode levar a um engasgamento das decisões judiciais,

limitando a independência dos juizes. Para Hugo Napoleão (PI), líder do PFL, o STF deveriam adotar mais súmulas, mas não vinculantes, e que se deveriam encontrar outras formas de acelerar o trabalho da Justiça.

José Eduardo Dutra (PTSE), líder do Bloco Oposição, ponderou que nos EUA, onde existe o efeito vinculante, há um grande número de processos onde se tenta provar que a causa em discussão é diferente da decisão da Suprema Corte. José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) asseverou que, para estancar o excesso de processos na Justiça, o Congresso estava criando um outro problema no Judiciário, que é a limitação da independência do juiz.

Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu que o efeito vinculante ficasse limitado a causas previdenciárias e tributárias e lembrou uma afirmação do ex-ministro Paulo Brossard, segundo a qual o STF julga por ano mais processos do que a soma das cortes superiores de vários países europeus juntas. Josaphat Marinho (PFL-BA) ponderou que, na falta de uma reforma do Judiciário no momento, a mudança reduzirá a quantidade de processos, beneficiando a sociedade.

## Beni discorda da convocação de policiais para audiência pública

O senador Beni Veras (PSDB-CE) afirmou ontem que este não é o melhor momento para a convocação de uma audiência pública, no Senado, para discutir o problema das polícias. O senador se referia a iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que prevê a participação das Polícias Militar, Federal e Rodoviária e do Corpo de Bombeiros. Beni Veras disse que o assunto deve ser tratado com mais calma, visto que, atualmente, há uma crise nas polícias em vários estados por causa da manifestação dos policiais por melhores salários. "Uma audiência agora, com os ânimos exaltados, poderia complicar ainda mais a situação", afirmou.

*CORREÇÃO - O Jornal do Senado publicou equivocadamente, na edição de ontem, acima do título "Efeito vinculante depende do Supremo", na página 4, que a emenda iria ao STF para referendo. O correto é que a emenda, se aprovada em segundo turno no Senado, será votada pela Câmara dos Deputados, também em dois turnos.*

## PREVIDÊNCIA



*Texto final apresentado pelo relator e aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania agradou a todos os partidos, segundo destacam senadores em plenário*



A CCJ na reunião de ontem, a mais concorrida da convocação extraordinária

## CCJ aprova nove emendas ao substitutivo da reforma

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou nove emendas, sendo três de redação, ao substitutivo apresentado pelo relator, senador Beni Veras (PSDB-CE), à proposta de reforma da Previdência Social. Uma das emendas aprovadas na reunião de ontem, de autoria do líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), permite que o servidor acumule aposentadorias, desde que não ultrapasse um teto que será definido na reforma administrativa.

Na reunião, presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a CCJ apreciou 47 destaques e quatro emendas. Também de autoria de Dutra, a comissão aprovou emenda que proíbe qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, bem como trabalho noturno perigoso ou insalubre aos menores de 18.

Foi acolhida ainda emenda do senador Roberto Freire (PPS-PE) determinando que a CPMF se destinará integral e permanentemente ao financiamento da Seguridade Social. Outra emenda aprovada, de autoria do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), determina que "ficam mantidos todos os direitos e garantias assegurados nos dispositivos constitucionais vigentes, à

data de promulgação" da reforma da Previdência, aos servidores inativos, pensionistas, civis e militares, anistiados e ex-combatentes, assim como àqueles que já cumpriram, até aquela data, os requisitos para usufruírem tais direitos.

A CCJ também aprovou emenda de iniciativa do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que acrescenta parágrafo



Beni Veras: elogio à sobriedade

fo ao art. 11 do substitutivo estabelecendo que, para efeitos de cálculo dos proventos de aposentadoria, serão considerados a proporcionalidade de remuneração percebida pelo servidor e o tempo prestado à data da promulgação da emenda constitucional.

A comissão aprovou, ao final da reunião, a supressão do artigo 19 do substitutivo de Beni Veras, que trata da extinção das aposentadorias especiais. Conforme acordado, o estudo da matéria será aprofundado em plenário.

O líder do Bloco Oposição reconheceu que o parecer de

Beni Veras introduziu "alguns aperfeiçoamentos importantes ao texto vindo da Câmara". Ele condenou a rejeição à emenda que extinguiu o Instituto de Previdência dos Congressistas.

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) também considera que o texto do relator, acrescido das emendas aprovadas, aperfeiçoou a proposta original do Executivo. Apesar de emenda de sua autoria assegurando todos os direitos dos que já estejam no gozo do benefício de aposentadoria ter sido rejeitada, ele aceitou as ponderações de Beni Veras, alegando que seu parecer mantém os direitos adquiridos.

A aprovação da emenda sobre a CPMF foi combatida pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), ao defender que ela seja mantida para sua destinação de dotar o setor de saúde de recursos, no que foi acompanhado em parte pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que, por sua vez, mesmo defendendo a aprovação da emenda, sugeriu que a CPMF deveria ser vinculada às pastas da Saúde e da Previdência.

O senador Roberto Freire disse que a prática tem comprovado que esse tributo é o que há de mais moderno, correspondendo às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, nas relações do comércio, da indústria e dos serviços.

## Um relator para muitos elogios

VALMIR CAMPELO



O senador Valmir Campelo (PTB-DF) elogiou o trabalho do senador Beni Veras (PSDB-CE) na elaboração do substitutivo à reforma da Previdência Social. "Em momento algum ele aproveitou os holofotes sobre o trabalho que estava realizando", disse.

- Em nome do PTB, quero registrar o excelente trabalho

do senador Beni Veras, que, com simplicidade e competência, apresentou um projeto digno que agradou a todos os partidos representados nesta Casa. Sem desmerecer nenhum dos meus colegas, Beni Veras é o único senador que poderia aglutinar os interesses do governo e da oposição - destacou.



ROMERO JUCÁ

O relatório final da reforma previdenciária, com substitutivo ao projeto enviado pela Câmara, foi construído com "competência, paciência e determinação" pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), na opinião do senador Romero Jucá (PFL-RR).

- Beni Veras conseguiu um parecer aprovado inclusive

pela oposição - destacou.

Para Jucá, a aprovação da reforma na CCJ representa importante passo para aprimorar e restabelecer as condições de viabilidade da Previdência Social. Conforme disse, foi mantida a paridade entre ativos e inativos, assim como os direitos adquiridos dos atuais aposentados.

JOSÉ SERRA



Ao se somar à série de manifestações em homenagem ao relator da reforma da Previdência, senador Beni Veras (PSDB-CE), o senador José Serra (PSDB-SP) considerou que "ele desempenhou seu trabalho exibindo atributos que, infelizmente, são raros na vida pública nacional".

O primeiro foi "a coragem de

Beni Veras, que assumiu uma tarefa inglória e incompreendida pela maioria". Outra qualidade do relator foi o "espírito de transigência", disse. Finalmente, o próprio relatório reiterou a qualidade técnica do trabalho de Beni Veras e de sua equipe, observou.

- Não tive emendas a apresentar - depôs.



Tebet afirmou que o trabalho desenvolvido no Senado foi a resposta aos críticos

## Senado deu resposta a quem não acreditava na convocação, diz Tebet

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ontem que o Senado deu uma resposta a quem não acreditava na convocação extraordinária.

"Só a discussão e a aprovação do substitutivo do senador Beni Veras em relação à reforma da Previdência já seriam suficientes para justificar a convocação e, não bastasse isso, nós votamos todas as matérias constantes da pauta", afirmou.

- Eu sei o quanto a atividade política é árdua e o quanto nós somos injustiçados quando falam que trabalha-

mos para nós mesmos. Na minha consciência, tenho a convicção de que isso não é verdadeiro. Acredito que estamos dando uma importante contribuição para uma melhor justiça social no Brasil - destacou.

Tebet elogiou ainda o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pela sua "defesa intransigente" da Casa e o senador Beni Veras pela sua "enorme contribuição" à discussão da reforma da Previdência. "Com o relatório de Beni Veras agora temos com o que trabalhar em relação a essa questão", frisou.

## Pauta cumprida é a satisfação de Elcio

O líder do governo no Senado, Elcio Alves (PFL-ES), cumprimentou o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, pela firmeza com que conduziu os trabalhos na convocação extraordinária.

- Votamos todas as matérias e nos demos ao luxo de realizar um dos debates mais bonitos do plenário,

sobre o efeito vinculante - registrou.

Elcio também elogiou o relator da reforma previdenciária, senador Beni Veras (PSDB-CE). Para ele, trata-se de "figura exemplar", que manteve uma "atitude profundamente discreta" e empenhou-se em conversar com todos os líderes partidários sobre a matéria.



Elcio Alves elogiou a firmeza de ACM e a discrição de Beni Veras na convocação

*Atitude que o presidente da República tomar pesará no apelo que fez para líder do governo na Câmara continuar*

# ACM: autoridade do presidente foi abalada

O senador Antonio Carlos Magalhães confirmou ontem que as dificuldades geradas pela entrevista do ministro Sérgio Motta levaram o deputado Luís Eduardo Magalhães a entregar o cargo de líder do governo na Câmara. Na opinião do senador, a autoridade do presidente da República "sofreu um abalo" e precisa ser restaurada.

- O presidente não perdeu a autoridade. Agora, qualquer declaração como a do ministro Sérgio Motta abala a autoridade do presidente - afirmou.

Indagado se a demissão do



Antonio Carlos, presidente do Senado

ministro seria a saída para o problema, Antonio Carlos Magalhães observou que "o presidente tem vários meios de fazer isso, e tenho certeza que

vai empregar um deles". Para o senador, "o assunto está em suspenso" e o próprio presidente deverá pronunciar-se pessoalmente ou por nota oficial sobre o assunto.

Antonio Carlos Magalhães repetiu várias vezes, durante a entrevista, que demissão e nomeação de ministros é um problema exclusivo do presidente, Admitiu, porém, que "a atitude que o presidente tomar pesará, ou não, no apelo que fez para que o deputado Luís Eduardo continue no cargo".



Ademir Andrade e Nabor Júnior, na reunião de ontem da comissão, quando se anunciou o seminário no final de agosto

## Comissão da Amazônia fará seminário em Belém

A Comissão Especial da Amazônia, que busca propostas e alternativas para o desenvolvimento social e econômico para a região, realizará um seminário em Belém, nos dias 25 e 26 de agosto. O anúncio foi feito pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), presidente da comissão, que esteve reunido ontem para tratar do assunto.

O senador informou que, além de reunir diversos ministros de Estado e os nove governadores da Amazônia, o encontro deverá contar com a presença do presidente do Senado, Antonio Car-

los Magalhães. Nabor disse que a cerimônia de inauguração do seminário será presidida por Antonio Carlos, que, conforme destacou, "não só confirmou sua presença como também garantiu apoio total à realização do evento".

Relator da comissão, o senador Ademir Andrade (PSB-PA), por sua vez, disse que "os dois dias de debates em torno dos problemas da Amazônia serão de fundamental importância para os trabalhos da comissão, que tem como objetivo buscar propostas concretas para o efetivo progresso da região".

Ele é de opinião que o se-

minário será uma oportunidade para que o Senado e a sociedade saibam quais os planos de desenvolvimento do governo federal para a Amazônia.

Também participaram da reunião as senadoras Marina Silva (PT-AC), Marluce Pinto (PMDB-RR) e Emília Fernandes (PTB-RS), e os senadores José Bianco (PFL-RO), Sebastião Rocha (PDT-AP), Ernandes Amorim (PPB-RO) e Leomar Quintanilha (PPB-TO). A comissão volta a se reunir no dia 7 de agosto, para definir a programação do seminário.

## CPI DOS PRECATÓRIOS

## Aprovado o relatório com votos em separado



Requião: compromisso com o país

## Requião considera que sua missão foi cumprida

"O Senado tem motivos sobejos para se orgulhar do relatório final da CPI dos Precatórios", disse ontem o senador Roberto Requião (PMDB-PR), relator da comissão.

O senador declarou que, do seu ponto de vista, o que vier a ocorrer depois de um trabalho que foi "limpo, cristalino e legal, já não é mais da conta do relator, que cumpriu seus compromissos com o Senado Federal e o país".

## Suplicy pede que TV não sofra interrupção

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que não haja interrupções nas transmissões diretas da TV Senado, como a que ocorreu na terça-feira em relação à sessão da CPI dos Precatórios.

- Acho importante que tal episódio não se repita, pois a imagem do Senado Federal é da responsabilidade de todos os senadores - alegou.



Suplicy: imagem é feita por todos

A requerimento de seis senadores, a CPI dos Precatórios voltou a se reunir ontem para deliberar sobre os votos em separado apresentados por senadores para modificar o relatório elaborado por Roberto Requião (PMDB-PR). Por unanimidade, presentes oito senadores, a CPI aprovou todas essas propostas, mas conforme explicou Jäder Barbalho (PMDB-PA) as mudanças votadas já haviam sido contempladas numa separata apresentada pelo relator.

- O que fica demonstrado aqui é que, se havia gente que queria fazer pizza da CPI, não está aqui nessa reunião - afirmou Jäder. Atuando como relator substituto, Ney Suassuna (PMDB-PB) também explicou que nenhum dos votos aprovados alterou as proposições do relatório de Requião.

Com a aprovação desses votos em separado e da separata, a CPI excluiu do relatório a afirmação de que o ex-prefeito Paulo Maluf foi omissivo e conivente com a atuação da sua equipe de funcionários, entre



Na reunião de ontem, a última da CPI, os senadores aprovaram por unanimidade os votos em separado

os quais figurava Wagner Baptista Ramos. Foi aprovado também voto em separado excluindo páginas do relatório que responsabilizavam o prefeito de São Paulo, Celso Pitta. O ex-governador Luiz Antonio Fleury também foi excluído do relatório, porque seu período de governo não foi abrangido pelas investigações.

Participaram da reunião o presidente em exercício, Geraldo Melo (PSDB-RN), Carlos Wilson (PSDB-PE), José Agripino (PFL-RN), Epitácio

Cafeteira (PPB-MA), Jäder Barbalho, Casildo Maldaner (PMDB-SC), Ney Suassuna e Esperidião Amin (PPB-SC). Melo abriu a reunião dizendo que Eduardo Suplicy (PT-SP) não poderia ter encerrado na véspera os trabalhos da CPI. Ele explicou que, na verdade, não havia renunciado à presidência da CPI, mas à condução dos trabalhos, daí por que Suplicy só poderia, no máximo, encerrar a reunião.

Melo explicou também que, como o relatório de Requião

havia sido votado com ressalvas, era necessária a reunião de ontem para se deliberar sobre os votos em separado. Por seis votos a um, os senadores presentes decidiram que a reunião de ontem seria uma sequência da realizada na terça-feira.

Aprovados esses votos, Geraldo Melo disse que ontem, de fato, ficaram encerrados os trabalhos da CPI. Hoje, as conclusões serão encaminhadas à Mesa do Senado.

## Encerramento na terça-feira não prevaleceu

De posse de um ofício informando que a CPI dos Precatórios voltaria a se reunir ontem às 17h, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, esclareceu ao plenário, na sessão da tarde, que os trabalhos da comissão ainda não tinham terminado. No documento citado por Antonio Carlos, o presidente em exercício da CPI, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), informava que a reunião tinha sido solicitada por seis senadores para definir as conclusões do relatório dos trabalhos.

O comunicado da presidência foi feito logo após o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciar que, atendendo ao artigo 150 do Regimento Interno, estava oferecendo ao conhecimento do plenário o relatório com as conclusões da CPI. Ele

narrou os fatos que o levaram a assumir a presidência dos trabalhos da comissão terça-feira à noite, uma vez que, na sua interpretação, Geraldo Melo havia-se afastado da função.

Tendo o senador Romeu Tuma (PFL-SP), mais idoso dos senadores presentes, também renunciado à presidência dos trabalhos, Suplicy disse que se viu obrigado a assumir a condução da reunião, encerrando o período de atividade da CPI. Daí por que se sentiu obrigado a, como presidente interino e cumprindo os artigos 132 e 136 do Regimento Interno,



Melo diz que só se afastou

levar o relatório de Requião, aprovado pela comissão com ressalvas, ao conhecimento do plenário.

- A Mesa considera que os trabalhos não foram encerrados, uma vez que recebeu ofício do presidente da CPI comunicando a realização de uma reunião às 17h - disse o presidente do Senado.

O senador Geraldo Melo pediu então a palavra para esclarecer que não renunciara à presidência da CPI, mas apenas comunicara que, derrotado no seu entendimento de que o relatório do senador Roberto Requião podia ser emendado, não

tinha condições de continuar presidindo a reunião da comissão.

Conforme o senador, o correto seria que, posteriormente à sua saída, Suplicy tivesse encerrado apenas a reunião da CPI, não os seus trabalhos em definitivo. Melo também afirmou que o Regimento exige que sejam entregues à Mesa do Senado o relatório e as conclusões da comissão. Ele informou que o relatório de Requião não contém o tópico "Conclusões", o qual ainda precisa ser produzido. Daí por que pediu à Mesa que "se abstivesse de receber os documentos apresentados por Suplicy, porque os trabalhos da CPI ainda não foram concluídos".



Hollanda: patrimônio cultural

## Hollanda saúda faculdade pelo 25º aniversário

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) congratulou a diretoria da Faculdade Olindense de Ciências Contábeis e Administrativas pela comemoração dos 25 anos da instituição que, na sua opinião, já é patrimônio cultural "pela história feita e pelo que significa para Olinda e para Pernambuco".

O senador destacou que a faculdade tem como meta o investimento em recursos humanos e técnicos, o que levou à implantação de um sistema acadêmico em rede, modernizando todo o processo de atendimento ao estudante, que compreende a emissão de documentos e um banco de dados.

A instituição dispõe de moderno equipamento audiovisual, 12 salas de aula para cem alunos, auditório com 150 lugares e laboratório de informática, o que "permite atingir boa qualidade de ensino, com ótimas condições de trabalho", segundo ele.

Hollanda informou que a faculdade passou a ministrar curso de Educação Física, e que investimentos estão projetados para os próximos anos, como a instalação de uma biblioteca, aberta inclusive à comunidade, e o aumento em 25% do número de vagas do curso de Administração de Empresas.

— É com orgulho que me uno a Olinda para celebrar com júbilo essa efeméride, na certeza de que ainda muito mais haverá de ganhar a sociedade de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil, em termos de conhecimento e de preparação de recursos humanos, diante do exigente mercado que se projeta para a juventude brasileira — ressaltou.

*Governo não alterará a política econômica antes das eleições, diz o senador; alertando para o perigo do déficit acumulado de US\$ 32 bilhões na balança comercial*

# Valadares acusa FHC de esperar eleição para mudar a economia

"Quem governa só pensando na reeleição, adiando medidas que devem com urgência ser implantadas, está prejudicando o Brasil", disse ontem o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), para quem o presidente Fernando Henrique Cardoso não pode esperar as eleições de 1998 para fazer uma correção de rumo na política econômica.

Ele comentou estudo do banco americano JP Morgan, segundo o qual o "buraco" das contas externas brasileiras é insustentável a longo prazo, e o Brasil precisaria crescer 17,5% ao ano para manter estável o atual desequilíbrio externo, o que, segundo a instituição, "é obviamente impossível". O estudo foi divulgado

parcialmente pelo jornalista Celso Pinto, em sua coluna na *Folha de S. Paulo*, na última sexta-feira.

Na opinião de Antonio Carlos Valadares, o governo não pode simplesmente achar que resolverá o problema promovendo uma desvalorização cambial, como fizeram há poucos dias três países asiáticos. A seu ver, "o voo cego do câmbio poderia, momentaneamente, a feição de uma moeda forte para atrair o capital estrangeiro, mas não resolve o proble-



Valadares: tática inviável

cora cambial como medida principal de seus ajustes econômicos, só fez crescer entre os investidores a desconfiança e o nervosismo — afirmou.

Antonio Carlos Valadares disse que o risco para o Brasil é maior "porque está provado

que nenhuma moeda que seja sustentada em bases fictícias ou artificiais pode ficar eternamente imune ao ataque especulativo, mesmo que seja a de um país que possua em dado momento um lastro de reservas monetárias elevado", como é o caso brasileiro.

O senador assinalou que, "para estancar em nível interno a onda de protestos que já se tornou explícita", o governo será obrigado a rever a sua política de representação ou de contenção do crescimento econômico, numa tentativa inadiável de alcançar índices mais elevados de desenvolvimento e estímulo ao surgimento de novos empregos.

## Odacir já constata efeitos benéficos na telefonia privatizada

O senador Odacir Soares (PFL-RO) afirmou que a assinatura do primeiro contrato de concessão de exploração de telefonia celular no Brasil, pelo consórcio Americel, "confirma expectativas bastante promissoras dos que defenderam a idéia da privatização, inclusive das telecomunicações".

Os defensores da exploração da telefonia celular por empresas privadas, disse, anteviam vultosos investimentos de capital nacional e estrangeiro, além de recursos para a pesquisa de tecnologia do setor.

— Tais expectativas estão se concretizando — garantiu o senador. Como prova, apontou os investimentos de R\$ 750 milhões anunciados pelo presidente da Telesystem — empresa do consórcio Americel — para os próximos três anos, que gerarão 1.800 empregos diretos.

Odacir também citou como exemplo a intenção de expan-



Odacir: expectativas confirmadas

direm-se as linhas de telefonia celular em Brasília, Goiânia e nas cidades com mais de 200 mil habitantes da região Centro-Oeste, e a promessa da Telebrasil de reduzir drasticamente seus preços para igualá-los aos do Americel.

Além disso, de acordo com o senador, ao contrário da Telebrasil, que utiliza o sistema analógico, o Americel empregará o sistema digital, "que protege melhor o sigilo das conversas, pode receber fax e informar o número de quem está chamando".

## Flaviano quer reciclagem de bateria usada de celular

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) apresentou projeto de lei obrigando os estabelecimentos que comercializam baterias para telefones celulares a receberem-nas, depois de usadas, em quantidade igual à que estiver sendo adquirida.

Pelo projeto, os fabricantes e importadores das baterias deverão, obrigatoriamente, estabelecer mecanismos para sua disposição final (descarte), reciclagem ou reprocessamento, após o uso pelos consumidores. As embalagens do produto deverão conter advertência sobre os riscos que este oferece à saúde humana e ao meio ambiente.

Flaviano Melo quer que as baterias usadas sejam recebidas, em devolução, por um valor correspondente a, pelo menos, 10% do preço de venda ao consumidor, naquele estabelecimento, de produto novo idêntico ao que está sendo devolvido. Esses estabelecimentos deverão, também manter, em local visível, reci-



Flaviano: riscos à saúde e ao ambiente

ipientes apropriados para o recolhimento das baterias retornadas.

Ao justificar o projeto, Flaviano Melo adverte que na composição de pilhas e baterias entram diversos metais pesados, como zinco, mercúrio, cádmio e chumbo, que oferecem sérios riscos à saúde e ao meio ambiente. Na sua avaliação, a prática atual de simples descarte desse material em aterros sanitários leva à contaminação do solo, do lençol freático e dos cursos d'água, sendo que a incineração dos mesmos ocasiona, adicionalmente, poluição atmosférica.

Senador relata resultados de reunião para discutir destino do fundo social da Vale do Rio Doce e possíveis soluções visando à reativação da fábrica de celulose do Projeto Jari, paralisada por causa de incêndio

## Coutinho: BNDES investirá em projetos regionais

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) afirmou ontem que a nova diretoria criada no âmbito do BNDES, sob responsabilidade de Paulo Hartung, representa uma "esperança renovada" de que programas e projetos pequenos, de feição regional, serão assumidos pelo banco.

Ele disse que chegou a essa conclusão após ter participado de reunião, na terça-feira, com o presidente do BNDES, Luís Carlos Mendonça de Barros, e com Paulo Hartung, oportunidade em que foram discutidos o destino do espolio do fundo social da Vale do Rio Doce e as possíveis soluções para a retomada das atividades da fábrica de celulose do Projeto Jari, paralisadas por um incêndio.

O fundo social, criado juntamente com a Vale, em 1942, era formado por 8% do lucro



Coutinho: solução para o Projeto Jari

líquido alcançado pela empresa e funcionava, para os municípios, como fonte compensatória de recursos aos impactos ambientais e sociais provocados pelos projetos da Vale, explicou Coutinho Jorge. Com a privatização da empresa, restou um saldo de R\$ 85,9 milhões que, conforme protocolo de intenções firmado com o governo em abril, seria gerido pelo BNDES e destinado aos

municípios dos oito estados brasileiros em que a Vale atua, acrescentou.

O senador disse que o banco adotará critérios completamente diferentes dos utilizados em outros financiamentos, "subsidiados, de maneira a concretizar os princípios fixados no protocolo de abril". Em relação ao Projeto Jari, Coutinho Jorge afirmou que o presidente do BNDES assumiu o compromisso de discutir uma solução com o governo parense.

Em aparte, o senador João Rocha (PFL-TO) defendeu que o BNDES "também se volte para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país". A seu ver, o banco teria papel estratégico numa política macroeconômica de desenvolvimento que revertesse o "perfil rodoviário" do país em prol de projetos hidroviários e ferroviários.



Fogaça: "atração magnética" dos mercados

## José Fogaça defende parceria do Mercosul com o sul da África

Ao relatar a participação que teve no Simpósio do Atlântico Sul, realizado nos Estados Unidos, o senador José Fogaça (PMDB-RS) defendeu ontem a aproximação do Mercosul com o Sadece (Comunidade de Desenvolvimento do Sul da África). Segundo ele, há uma "atração magnética" entre o cone sul da América Latina e o cone sul da África.

Há parâmetros comuns que aproximam as políticas internas dos países que integram o Mercosul e o Sadece. Todos eles necessitam ampliar os investimentos externos, expandir e diversificar suas exportações, realizar uma reforma patrimonial do Estado mediante a privatização de suas em-

presas e manter a estabilidade monetária - disse.

Fogaça afirmou que, na área compreendida como Atlântico Sul, há 701 plataformas marítimas de petróleo, 40% do petróleo do mundo circulam por essa região, que é responsável por 17% da produção mundial de carvão e conta com 23% dos recursos hídricos do planeta.

Nos anos 90, vários fatores criaram condições para uma aproximação entre os cones sul da América Latina e da África: o fim da Guerra Fria, a extinção dos regimes autoritários, a formação de blocos econômicos e a tendência inevitável à globalização dos mercados - disse Fogaça.

## Amin reclama solução urgente para municípios

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) pediu uma solução urgente para os problemas financeiros que enfrentam os municípios brasileiros e sugeriu que a questão seja inserida no contexto da reforma fiscal e tributária. "O interesse dos prefeitos é reverter o quadro de falência que encontramos ao tomar posse", afirmou o senador, ao ressaltar "que os municípios precisam de mais atenção do governo para melhor se adaptarem ao plano de estabilização da economia nacional".

Amin manifestou solidariedade aos prefeitos ligados à Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina que, em assembleia, protestaram contra a queda registrada nas transferências do Fundo de Participação dos Municípios e

do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

De acordo com o senador, apesar das dificuldades que atravessam, as prefeituras, que ficam com apenas 16,3% da arrecadação do setor público, respondem por 52,5% do investimento público no país. Enquanto isso, a União, que retém 52,5% da receita pública, contribui apenas com 20% dos investimentos e os estados, donos de 31,2% da receita,

participam com 32,3% dos investimentos.

Mesmo sem acesso a crédito, alguns municípios geram investimentos importantes e até melhoram os serviços. A municipalização não avança mais em qualidade porque os governos federal e estadual se negam a transferir recursos e parcelas de poder político-administrativo às prefeituras - acentuou.



Amin: reverter o quadro de falência dos municípios

## Pesar pela morte de ex-governador de SE

O plenário do Senado aprovou ontem a inscrição, nos Anais da Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-governador do estado de Sergipe, general Djenal Tavares Queiroz, e o envio de condolências à família, à Assembléia Legislativa e ao governo estadual.

Na justificativa de seu requerimento, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou a importância do ex-

governador na política sergipana, uma vez que ocupou praticamente todos os cargos no Legislativo e Executivo estaduais.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), por sua vez, salientou que Djenal Tavares sempre foi "convicto, firme em suas idéias, e nunca transigiu nas questões éticas e no relacionamento entre desiguais dentro do Parlamento".